

# MULHERES QUE FALAM DE MULHERES



## **Ficha Técnica**

**Título** Mulheres que falam de Mulheres

**Projeto** Memória e Feminismos: a voz de feministas num percurso de 40 anos. Coordenação de Teresa Sales

**Revisão tipográfica** Eugénia Morão, Joana Sales e Teresa Sales

**Conceção Gráfica** Manuel Diogo

**Impressão Gráfica** Sextacor, Soluções Gráficas, Lda.

**Edição** UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta • Memória e feminismos: a voz de feministas num percurso de 40 anos.

Rua da Cozinha Económica, Bloco D, Espaços 30M e N

1300-149 Lisboa

Tel. 21 887 005

E-mail: [umar.sede@sapo.pt](mailto:umar.sede@sapo.pt) • [www.umar.feminismo.org](http://www.umar.feminismo.org)

**Depósito Legal** - 431478/17

**ISBN** - 978-989-99686-3-9

Agradecemos a todas as investigadoras que disponibilizaram os seus textos, contribuindo para a visibilização das mulheres como sujeito da História.

Todos os textos são da exclusiva responsabilidade das autoras.

Este livro foi subsidiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) no âmbito do projeto Memória e Feminismos: a voz de feministas num percurso de 40 anos.

Nem todos os textos seguem o acordo ortográfico.



# Entre o recato e o escândalo: a reivindicação do corpo pela escrita<sup>94</sup>

Adriana Bebiano  
*Universidade de Coimbra*

*se esta revolução  
não me deixa  
foder até morrer  
é porque  
não é revolução  
nenhuma*

Adília Lopes, *Um jogo muito perigoso* (1985)

A abrir: o que é que a poesia tem a ver com “a vida real”? Começo com uma cena ocorrida no Hospital dos Covões, em Coimbra, em novembro de 2015. Na enfermaria, uma senhora de cerca de 80 anos, de classe média-alta, é entrevistada por um grupo de jovens médicos e médicas, que estão a fazer a sua história clínica. Um deles pergunta: “Quantos parceiros sexuais teve?”

---

<sup>94</sup> Este texto é uma versão da intervenção feita na UMAR, no Seminário “A voz de feministas num percurso de 40 anos” (8.07.2017), e mantém algumas características de uma comunicação oral. É ainda parcialmente devedor do ensaio académico “Meninas, senhoras e galdérias: representações das mulheres em língua portuguesa”. *The Edge of One of Many Circles: Homenagem a Irene Ramalho Santos*. Org. Isabel Caldeira, Graça Capinha e Jacinta Matos. Vol. II. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, 11-25.

A senhora ficou em estado de choque: tinha sido educada para o recato, na guarda do corpo feminino, fora “mulher de um homem só”, e os jovens tiveram de aguentar com a sua justa fúria. Se a pergunta era indispensável de um ponto de vista clínico, a naturalidade com que foi feita – a frio – só poderia provocar choque na doente. Os jovens médicos e médicas de que falo pertencem a uma outra geração: as práticas sexuais mudaram e já não se espera das mulheres o mesmo nível de recato. Porém, considero importante indagar até que ponto o recato ainda nos constrange e serve de arma de policiamento dos corpos-fêmea, funcionando mesmo como um lado esquecido da “cultura do estupro”, na medida em que contribuí para que se responsabilize as mulheres pelas violências sexuais contra elas cometidas. Interessa-me aqui refletir sobre a medida da herança do recato na vida das mulheres portuguesas contemporâneas, e no escândalo enquanto potencial instrumento de emancipação. Partindo do escândalo na escrita de autoria feminina na segunda metade do século XX, argumento a possível contaminação entre a escrita e as práticas sociais, tendo por horizonte a superação da dupla bitola usada no escrutínio do uso do corpo, e da linguagem sobre o corpo, de mulheres e de homens.

Quando Adília Lopes publica *Um jogo muito perigoso*, citado em epígrafe, vivia-se ainda a ressaca da Revolução de 1974. A Constituição de 1976 garantia a paridade às mulheres na letra da lei, e os movimentos feministas estão sossegados – ou melhor, circunscritos a organizações, lutas e espaços específicos, com pouca visibilidade global. De resto, no que diz respeito às mulheres, durante o PREC as lutas tinham estado focalizadas nas questões de acesso aos equipamentos e a “classe” era a categoria em torno da qual se organizavam as reivindicações. A reivindicação do direito ao corpo era visível apenas nas ainda incipientes iniciativas que hoje classificaríamos como LGBT, e na luta pela descriminalização da interrupção voluntária

da gravidez, que teve a sua primeira discussão na Assembleia da República em 1982.

“Claiming the body”, uma das reivindicações dos feminismos brancos do Norte da chamada 2ª vaga, em Portugal era visto com distância – e eu diria mesmo, com desconfiança –, o que se entende no contexto histórico de grandes transformações e paixões acesas, mais vinculadas à dimensão da reorganização social, à categoria “classe” e aos direitos do estado social, relegando o corpo provisoriamente para o esquecimento. Por outro lado, creio que se pode observar nesta hierarquia de opressões e combates a resiliência da cultura do pudor promovida com muita eficácia pelo Estado Novo, e que era – e é – transversal à esquerda e à direita. Falo da disciplinarização do corpo das mulheres e do seu policiamento por parte das comunidades, começando pelo universo próximo da família, cuja herança me parece estar ainda muito presente, mesmo entre feministas. O corpo, em todas as suas dimensões, ainda hoje levanta uma série de problemas fraturantes – fraturas por vezes coincidentes com uma divisão geracional.

No entanto, se a reivindicação do corpo estava ausente “da rua” nos anos pós-revolução, por outro lado, a reivindicação do corpo-fêmea como ato político tem uma tradição forte entre nós pela escrita, nomeadamente na poesia. Poderemos ter a tentação de argumentar que muito pouca gente lê poesia, logo esta não terá qualquer força enquanto arma política. Mas basta que nos lembremos de três casos dos últimos anos do Estado Novo para que se verifique a fragilidade deste argumento: 1966, Natália Correia; 1971, Maria Teresa Horta; e 1972, *Novas Cartas Portuguesas*.

Interessa-me aqui uma poética do escândalo enquanto estratégia (retórica) para nos libertar do recato, da pesada herança do recato, que ainda

nos constrange, estratégia essa que passa pela resignificação, na voz de mulheres, dos nomes que nos dão – cabra, galdéria, vadia – decorrentes de comportamentos sexuais e formas de estar no corpo consideradas transgressoras do pudor que às mulheres se exige. Vejo o escândalo – tanto na escrita como na rua – como uma arma e um instrumento emancipatório; entendo assim que as “mulheres escandalosas” – no passado como agora – possam funcionar como modelos de emancipação, na medida em que oferecem modelos alternativos de comportamento.

O primeiro nome a que recorro é Natália Correia (1923-1993), “nossa senhora lenta mãe do escândalo”, como a definiu Ary dos Santos em “Retrato de Natália”. Ela própria se autodefine, no poema “Autorretrato”, como “por vezes fêmea, por vezes monja”, abrindo-se à multiplicidade que escapa à regulação. Natália foi, como sabemos, uma figura politicamente controversa, e há algum desconforto em aceitá-la como parte da genealogia feminista portuguesa. Creio que é um lugar que inequivocamente lhe pertence, particularmente pela sua ação como editora – foi instrumental na publicação de *Novas Cartas Portuguesas* – e como poeta.

Já em 1966 Natália Correia organizara e publicara *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, obra que foi apreendida e julgada em Tribunal Plenário por «ofensiva do pudor geral, da decência e da moralidade pública e dos bons costumes», e em consequência da qual em 1970 foi condenada a três anos de prisão, com pena suspensa. Convém referir que, nesta antologia, entre mais de cem autores apenas figuram três mulheres: para além da própria Natália, encontramos poemas de Maria Teresa Horta e de Ana Hatherley, em ambos os casos poemas que hoje consideraríamos inócuos do ponto de vista da linguagem. Natália, pelo contrário, em poema também anteriormente inédito, é explícita na celebração da (hetero) sexualidade:

## *Cosmocópula*

I

Membro a pino  
dia é macho  
submarino  
é entre coxas  
teu mergulho  
vício de ostras

II

O corpo é praia a boca é a nascente  
e é na vulva que a areia é mais sedenta  
poro a poro vou sendo o curso da água  
da tua língua demasiada e lenta  
dentes e unhas rebentam como pinhas  
de carnívoras plantas te é meu ventre  
abro-te as coxas e deixo-te crescer  
duro e cheiroso como o aloendro.

Para além da coragem da publicação da antologia no contexto político em que acontece, quero acentuar a ousadia deste poema, na sua afirmação da mulher como sujeito do desejo e do prazer. Esta é a dimensão verdadeiramente “escandalosa” – e política – que o regime não perdoa. Esta é também a razão que preside à condenação social e do aparelho do estado a Maria Teresa Horta, por ocasião da publicação de *Minha Senhora de Mim* (1971). Este livro entra em diálogo e reescreve a poesia trovadoresca galaico-portuguesa, reapropriando-se do cânone e colocando e deslocando a figura feminina da posição de objeto do desejo para a posição de sujeito do desejo. No impacto social que teve, porém, a sua dimensão literária é completamente ignorada: o que contou, foi a



política sexual que o livro expressa. Escolho citar um poema que me parece exemplar do tom dominante e daquilo que produziu escândalo:

É corpo para  
ofertar  
no lençol sem abrigo  
a seu amigo  
É corpo-alva  
de amar  
no lençol sem abrigo  
a seu amigo  
é corpo justo  
ao desejo  
  
no lençol sem abrigo  
a seu amigo

Hoje, no contexto de uma sociedade permeada por discursos hipersexualizados, este e outros poemas são lidos no seu lugar na história da poesia portuguesa; acresce que, do ponto de vista da moral sexual, é completamente inócuo. À época, foi apreendido pela PIDE por “indecente”, o que se compreende se lido no contexto da ideologia do regime e da noção de “feminilidade” que este preconizava e impunha, também pelos discursos, vigilância à qual a literatura não escapava. Mais surpreendente e mais grave, foi a perseguição à autora por gente anónima, que serve para aferir o grau de policiamento que se exercia sobre a sexualidade das mulheres, e a sua vulnerabilidade no contexto social da época. Como conta várias vezes em entrevistas, Horta recebeu telefonemas anónimos cartas e foi sujeita a todo o tipo de abordagens obscenas em espaços públicos; foi mesmo atacada fisicamente à porta de sua casa, por três homens desconhecidos, que enquanto lhe batiam a pontapeavam gritavam: “Isto

é para aprenderes a não escreveres dessa maneira.” e “Uma mulher de respeito não escrevia aquelas coisas.” Ora, numa cultura que exige às mulheres recato, quem escreve “aquelas coisas” é “puta”, no sentido de sexualmente disponível para todos os homens, e corpo vulnerável a todas as violências, legitimadas pela sua escrita despudorada.

O exemplo mais evidente e famoso da dimensão política da sexualidade, do policiamento dos corpos das mulheres, e do poder do escândalo na escrita, é *Novas Cartas Portuguesas* (1972), que tão bem conhecemos. Para além do livro ter sido apreendido, as autoras – Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa – foram acusadas de “abuso da liberdade de imprensa” e “ofensa à moral pública” e arriscavam dois anos de pena prisão nos tribunais do Estado Novo, em processo que só foi concluído depois da Revolução. A (sobejamente conhecida) repercussão internacional do “caso das Três Marias” fez da publicação de *Novas Cartas Portuguesas* o evento feminista de maior impacto na segunda metade do século XX em Portugal. Para efeitos deste artigo, esqueço as outras dimensões – políticas e estéticas – do livro; recordo apenas que, mesmo os poemas mais eróticos, hoje, quarenta e cinco anos depois, podem ser lidos com tranquilidade por quase todas as pessoas. Na altura, o escândalo está – uma vez mais – na colocação da mulher numa posição de sujeito do desejo e exemplo de quem “não se dá ao respeito”. Acompanhado pela denúncia da vulnerabilidade dos corpos femininos à violência sexista no contexto da família – uma das traves-mestras da ideologia do Estado Novo – o livro é exemplo do poder do escândalo como arma de emancipação política.

A importância de *NCP* é consensual entre as feministas portuguesas. Não deixa, por isso, de me causar perplexidade, a dimensão fraturante entre as feministas portuguesas que assumem alguns eventos da atualidade,

maioritariamente protagonizados pelas gerações mais jovens, cuja estratégia é, parece-me, muito semelhante à poética do escândalo posta em prática por Natália Correia ou pelas Três Marias. Refiro-me, como será fácil de inferir, a eventos como as Marchas das Vadias / Marchas das Galdérias, e manifestações afins, como as Marchas contra a Homofobia, o Arraial Lisboa Pride e outros eventos promovidos pelas organizações LGBT. Nesses eventos, o uso do corpo e da linguagem sobre o corpo assume a “falta de pudor” como estratégia central à reivindicação do direito ao corpo, livre da ameaça de violência sexista (e homofóbica) no espaço público.

Poderão argumentar, com alguma razão, que há uma diferença aqui: num caso, falava-se de poesia; noutro, de ocupação material dos corpos do espaço público. Defendo, porém, que ambos os casos confluem na reivindicação da ressignificação “dos nomes que nos chamam”, os nomes que nos tornam vulneráveis à violência simbólica e física: puta-cabra-vadia-galdéria, e todos os outros, que desde cedo as meninas incorporam na construção das suas subjetividades, e que servem de linhas vermelhas para os comportamentos que guardam o pudor, que distinguem “as mulheres sérias” das “outras”. A linha vermelha terá mudado de lugar, entre 1974 e 2017: com certeza que mudou. Mas continua a existir, fundada nos mesmos argumentos, apenas mais à la *page*. Para quem sofre de falta de memória, relembro que a manifestação do Movimento de Libertação das Mulheres, em Lisboa, a 13 de janeiro de 1975 – que ficou famosa pelas piores razões – ainda hoje é malvista por uma parte significativa de uma geração mais velha, inclusive por mulheres que se assumem feministas. Esse desconforto, sentido na altura por muitas e transposto para os dias de hoje, mais não é do que o resultado de uma “educação para o pudor”, que eu diria ser uma das pesadas heranças do fascismo – para recorrer a um cliché que não deixa de ser verdadeiro – e que, defendo, é uma das vertentes da “cultura do estupro”, isto é, de uma cultura que (ainda) responsabiliza as mulheres

pela violência sexual sobre elas cometida. Coloco, pois, a possibilidade do escândalo como arma neste trabalho de ressignificação, um trabalho que nos liberte do medo de que nos chamem os nomes que nos colocam para além dos limites que nos protegem da violência.

Voltando à poesia, em Luiza Neto Jorge (1929-1989) encontro um poema notável na linha da resignificação dos nomes que nos chamam, de opróbrios para significante de força e de poder. Neste caso, o nome em questão é “cabra”:

*Metamorfose*

quando a mulher  
se transformou em cabra  
marés anuíram  
ao ciclo recente  
das águas  
ah  
as bombas  
desceram em paraquedas  
antes dos homens  
(....)

foi quando a mulher  
se fez cabra  
no compasso de fúria  
contra a batuta  
dos chefes de orquestra  
que escorrem notas  
dos gritos da música

fez-se cabra  
desatenta de origens

cabra com fardo de cio  
no peso das tetas  
cabra bem cabra

(Quando a cabra  
voltar mulher –  
– ressurreição) Terra Imóvel (1973)

Estamos perante um processo de resignificação análogo ao nome dado às “Marchas das Vadias” ou “Marchas das Galdérias”. Embora tendo tido uma produção escassa e estando muito esquecida – quase circunscrita a terrenos académicos e muito restritos – Luiza Neto Jorge faz parte da linhagem de mulheres escandalosas, ainda que, no seu caso, o escândalo seja circunscrito à escrita. Ou não fosse seu o fabuloso “Corpo Insurrecto” – “Sendo com o seu ouro, aurífero, /o corpo é insurrecto. /Consome-se, combustível, /no sexo, boca e recto. (...)” – que hoje não deixaria de perturbar se exibido em cartaz de manifestação.

Regresso a Natália Correia, “nossa senhora lenta mãe do escândalo”, justamente porque faz a transição entre o espaço da escrita – que ainda pode ser entendido como “privado”, embora não o seja – e o espaço público, e a um acontecimento também ele sobejamente conhecido: o “caso do Truca-truca”. Recordando brevemente: estamos em 1982, no primeiro debate parlamentar sobre a interrupção voluntária da gravidez; a sessão plenária decorria quando João Morgado, deputado do CDS, teve a infelicidade de afirmar que “o acto sexual é para fazer filhos”. Natália, que lutava pela despenalização do aborto, inspirada pelas declarações do deputado, escreveu o poema e pediu a palavra. O *Truca-truca* provocou gargalhadas em todas as bancadas parlamentares e a sessão teve de ser interrompida. Todas conhecemos, mas sabe sempre bem recordar:

### *Truca-Truca*

Já que o coito – diz Morgado –  
tem como fim cristalino,  
preciso e imaculado  
fazer menina ou menino;  
e cada vez que o varão  
sexual petisco manduca,  
temos na procriação  
prova de que houve truca-truca.  
Sendo pai só de um rebento,  
lógica é a conclusão  
de que o viril instrumento  
só usou – parca razão! -  
uma vez. E se a função  
faz o órgão – diz o ditado –  
consumada essa excepção,  
ficou capado o Morgado.”

O que considero interessante aqui, é a vocalização do despudor em voz feminina num espaço público e regido por um protocolo de “seriedade”. Mesmo assim, Natália foi aplaudida e não punida pela sua transgressão; o objeto da sátira é que foi o alvo da chacota, numa inversão da relação de poder habitual entre voz feminina / voz masculina.<sup>95</sup> Mais notável ainda, é que, em 2013, numa sessão de homenagem a Natália Correia na Assembleia da República, por ocasião dos 20 anos da sua morte, a atriz São José Lapa tenha lido o “Truca-truca”. Vejo isto como um sintoma notável

---

<sup>95</sup> Na verdade, creio que esta inversão é muito relativa: tem uma lamentável componente de celebração de uma cultura machista, de enaltecimento do macho viril, à altura do qual o deputado não esteve. Isto é, o que se afirma, no riso coletivo da assembleia, é a masculinidade hegemónica, que tem por vítima um homem que é feminilizado e subalternizado pelo escárnio. Mas este é outro lado da questão, que não cabe no meu argumento presente.

das mudanças operadas nas representações das mulheres e do que lhes / nos é permitido verbalizar no espaço público – mais exatamente, na Assembleia da República, o espaço público mais sagrado da nação.

Volto a Adília Lopes, poeta com que comecei. Quando em Adília lemos “gosto de fingir / que sou galdéria”, em *Um jogo muito perigoso*, ainda estava muito presente a memória do recato como qualidade exigida às mulheres portuguesas (Natália Correia seria sempre um caso excecional, uma mulher a quem se reconhecia uma espécie de direito de ser diferente). Ao contrário de Natália, Adília é, ela própria, uma imagem de recato; por outro lado, encontramos nela poemas desassombrados, de grande sofisticação formal e jogos intertextuais com o cânone português, e é talvez a poeta portuguesa contemporânea mais “escandalosa”. Regresso aqui à epígrafe deste texto, e cito o poema deste livro que considero exemplar desta poética do escândalo entrelaçada com uma sofisticada intertextualidade:

Eu quero foder foder  
achadamente  
se esta revolução  
não me deixa  
foder até morrer  
é porque  
não é revolução  
nenhuma  
a revolução  
não se faz  
nas praças  
nem nos palácios  
(essa é a revolução  
dos fariseus)

a revolução  
faz-se na casa de banho  
da casa  
da escola  
do trabalho  
a relação entre  
as pessoas  
deve ser uma troca  
hoje é uma relação  
de poder

(mesmo no poder)  
a ceifeira ceifa  
contente  
ceifa nos tempos livres  
(semana de 24x7horas já!)  
a gestora avalia  
a empresa  
pela casa de banho  
e canta  
contente  
porque há alegria  
no trabalho  
o choro da bebé  
não impede a mãe  
de se vir  
a galinha brinca  
com a raposa  
eu tenho o direito  
de estar triste.



O poema pode até não ser lido como revolucionário pelas pessoas que dão mais *ênfase* a outras vertentes da subalternidade das mulheres. Por outro lado, se nos lembrarmos que é no corpo e na vigilância sobre corpo que reside a raiz da opressão – a vulnerabilidade perante a violência física e a violência simbólica –, e se nos lembramos ainda que “o pessoal é político”, logo reconhecemos o potencial revolucionário desta voz. É ao assumi-la como nossa que podemos escapar à tentação de aceitar como justa a designação “cabra”, que podemos deixar de dizer “sei que sou uma cabra, pai, não te preocupes.” – como diz a vítima do estupro do pai, em *Novas Cartas Portuguesas*.

O poema que acabei de citar reconfigura a imagem de “mãe”, que continua a ser central na definição de “feminilidade”, tendo sido apenas adaptada a tempos que exigem maior paridade entre homens e mulheres. Importante também nesta reescrita do soneto “Amar!” de Florbela Espanca – que várias gerações aprenderam de cor no ensino obrigatório – é a reformulação radical do “amor” e da sexualidade “correta”: a que é permitida às mulheres sem que incorram na estigmatização. Numa escala diferente, Adília faz com Florbela o que as *NCP* fizeram com as *Cartas Portuguesas*, da autoria da suposta “freira portuguesa” do século XVII: uma reconfiguração radical da sexualidade e da afetividade experienciadas num corpo-fêmea. Talvez os dois versos mais citados de Adília sejam “Está um dia tão bonito / e ainda não fodi”; são versos que colocam o sexo fora do contexto de qualquer ligação amorosa / afetiva, onde primeiro nos foi permitido habitá-lo. Escolho estes versos como representantes de uma fronteira que me parece que ainda não foi transposta, mesmo para um grande número das mais jovens, que usufruem uma vida sexual aparentemente não vigiada, e que, ao contrário da senhora referida na história do Hospital dos Covões que comecei por contar, tiveram no seu percurso mais do que um parceiro sexual. Talvez o escândalo nos ajude a libertar da pesada herança do recato.